

UM ESTUDO SOBRE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS NA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

A STUDY ABOUT ARCHITECTONIC BARRIERS AT TECHNOLOGY AND SCIENCE COLLEGE

Paulo Roberto BRANCATTI¹

RESUMO: Nota-se, atualmente, na sociedade que as pessoas deficientes encontram dificuldades de acesso e locomoção em espaços urbanos, locais públicos e de edificações. A partir desta observação surgiu o interesse pelo tema proposto, e elaboramos o presente estudo por meio do qual constatamos que locais de frequência pública como, anfiteatros, biblioteca, ginásio, salas de aulas, dentre outros, não oferecem acessibilidade para as pessoas deficientes. Este trabalho teve como objetivo identificar alguns pontos que caracterizam as barreiras arquitetônicas existentes na Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP de Presidente Prudente, elementos que dificultam o acesso e a locomoção de pessoas deficientes em frequentar estes locais, revelando de certa maneira o despreparo da Unidade em receber esta parcela da população. A pesquisa baseou-se no registro fotográfico dos ambientes que devem ser frequentados pelos deficientes, e seus utilitários como biblioteca, anfiteatros, salas de aulas, piscina, ginásio esportivo, além de bebedouros, escadarias, banheiros e boa parte do prédio do discente III, local onde se concentram os cursos de Educação Física e Fisioterapia, cursos que atendem pessoas deficientes em projetos esportivos e ambulatoriais. As fotos, confrontadas com as normas da ABNT (1994) reclamam a falta de preocupação e de adequação às necessidades de uma parcela significativa de usuários dos serviços disponíveis. Sugerimos que a Universidade siga as normas estabelecidas garantindo o cumprimento de leis constitucionais a todo o ser humano e o direito de conviver com seu grupo social dignamente.

PALAVRAS CHAVE: Barreiras arquitetônicas, acessibilidade, deficiência e superação.

ABSTRACT: Nowadays we notice at the society that deficient people come across with some difficulties of access and locomotion in urban spaces, public places, and buildings. From these observations come up the interest by the suggested issue, and we elaborated the present study in which we verify places with public access such as, amphitheatre, library, gymnasium, class rooms, among others that don't offer the accessibility to the deficient people. This work has the objective to identify some points that characterize the architectonic barriers existents at F.C.T./UNESP of Presidente Prudente, elements that make harder the access and the locomotion of the deficient people to visit these places, showing in some way the unprepared of this Unit to receive this parcel of the population. The research based on the photographic registers of the environments that should be attend by the deficient, farther the watering places, staircases, restrooms and a considerable portion of the building pertaining to students III, place where the courses of physiotherapy and physical education are concentrate, courses that attend deficient people in sportive projects and at the ambulatory service. The pictures confronted with the rules of ABNT (Brazilian association of technique rules 1994) claim the lack of concern and adjustment to the necessities of an expressive portion of the users on the services available. We suggest the university follows the established rules assuring the fulfillment of the constitutional laws to all the human being and the right to live together in a social group with dignity.

KEYWORDS: architectonic barriers, accessibility, deficiency and overcome.

¹ Docente do Departamento de Educação da Unesp, Campus de Presidente Prudente.

Versando sobre o tema

Os conceitos existentes sobre as deficiências têm suscitado muitas dúvidas, pois quase sempre tentam atribuir o termo *deficiente* aos integrantes de uma sociedade que não se enquadram dentro dos parâmetros de *normalidades*, ou seja, aqueles que trazem consigo diferenças que permitam distingui-los das demais pessoas, quer em relação aos aspectos motores, que afetivos ou cognitivos. As pessoas deficientes passam a ser reconhecidas pelo elemento diferenciador que possuem, pela característica física, mental ou psicológica que apresentam e que vão geralmente em contraposição ao que a sociedade incorpora e aceita por *normal*, e esse reconhecimento se estabelece no tipo de relação que esta sociedade passa a ter com estas pessoas. Normalmente o deficiente convive com olhares presos à sua diferença, ao que ele não pode realizar com a mesma desenvoltura, aos elementos incapacitantes que possui, deixando de ser observado através de suas potencialidades o que, impreterivelmente, resulta em exclusão. Ser deficiente é ser enxergado pela diferença que apresenta quando comparado a padrões preestabelecidos e por ter suas demais características ignoradas, descartadas.

Quando buscamos compreender o que é ser deficiente, seja por meio de obras literárias, trabalhos de pesquisa ou junto a profissionais da área, o que encontramos é uma gama imensa de discussões em torno da questão, mas o que podemos resgatar dentro destas discussões é principalmente que se faz necessário uma mudança de postura no trato ao deficiente, é preciso passar a enxergá-lo como alguém que embora apresente determinadas dificuldades é capaz de desenvolver várias atividades e realizações e que o que tem faltado até o momento são oportunidades para que ele possa demonstrar isso.

As pessoas com algum tipo de deficiência têm sofrido discriminações e preconceitos em todas as sociedades. Através dos tempos, tem prevalecido a idéia de que pessoas portadoras de deficiência mental, física, auditiva e visual, são incapazes e inúteis perante os meios sociais e que, de certa forma, acabaram resultando no surgimento da marginalização e de atitudes paternalistas com comportamentos dependentes de outras pessoas para sua condução e realização de vida.

A história da humanidade está repleta de exemplos de discriminação, quando não do extermínio de deficientes: desde o período da Grécia Antiga com o desaparecimento e assassinatos dos imperfeitos, cegos, paráliticos e com qualquer outro tipo de deformação física; passando pela Roma Antiga, onde se acreditava que os deficientes, físicos ou mentais haviam nascido apenas para resgatar as maldades cometidas em suas próprias vidas passadas e por isso eram condenados à morte, até à década de 40 do século XX, com a proposta da raça pura idealizada pelo nazismo e fascismo, condenando todas as raças inferiores, para concretizar o ideal de nação poderosa.

Como resultado desta marginalização e discriminação social, Satow (1989, p.34) coloca o seguinte:

A identidade coletiva tradicional, preconceituosa e discriminadora, acerca das pessoas deficientes está intimamente ligada à formação cultural, que se dá através da socialização primária, resultando na marginalização e atitudes paternalistas frente a elas, pois se passa a imagem de que são: 1) seres inferiores, porque inúteis e incapazes de tomar decisões por si mesmas, portanto, indignos de respeito humano; 2) seres contagiosos, sendo assim, preciso tomar cuidado na aproximação, pois são perigosos; 3) seres que estão sofrendo alguma punição divina por algum pecado cometido. Estas concepções provocam: 1) a existência de hospitais de retaguarda onde idosos e deficientes lá permanecem, deteriorando-se até a morte, sem assistência alguma; 2) despreparo das entidades e profissionais ligados à área de reabilitação que, geralmente, assumem uma postura autoritária perante as pessoas deficientes; 3) despreparo de técnicos de outras áreas que ignoram ou esquecem este segmento social, provocando a existência de barreiras quanto a transportes, edifícios e logradouros públicos, dificultando ou impedindo-a de exercerem seus direitos e deveres como cidadãos; de barreiras invisíveis e outras; 4) sentimento de piedade e/ou repulsa, levando ao desengargo de consciência, o que leva à prática de dar esmolas às pessoas deficientes que estão nas ruas (pedintes ou não), fazer donativos às instituições assistenciais e 5) existência de deficientes que ainda não se conscientizaram de que são seres humanos, tal é a força do repasse dos preconceitos que se dá na socialização dos mesmos.

Os direitos das pessoas deficientes são idênticos aos das pessoas normais, de acordo com o conceito moderno de cidadania. A sociedade *gerou* as deficiências e de alguma maneira precisa assimilá-las, garantindo a essa população, educação, saúde, trabalho, lazer, esporte e transporte. Nenhuma família, está a salvo de ter, uma pessoa *diferente*, com alguma alteração física, mental, auditiva, visual, ou algumas delas combinadas.

Todos aqueles que possuem algum tipo de limitação do aparelho locomotor, ou seja, amputados, paralisados cerebrais e com seqüelas de paralisia infantil são classificados como deficientes físicos e por isso, quando se trata de locomoção e mobilidade estas pessoas sofrem restrições tanto ao ambiente social, quanto em ambientes públicos considerados de difícil acesso a sua condição de sujeitos sociais.

As pessoas portadoras de deficiência física têm todos os seus direitos e deveres a serem cumpridos e, portanto, devem encontrar facilidades para participar da vida na sociedade, em todas as suas dimensões e em todos os níveis que sejam acessíveis às suas potencialidades. Não buscam favores, não querem privilégios e nenhum tipo de paternalismo: apenas querem exercer seu papel de cidadão, com direito de participar da sociedade em condições de igualdade.

No entanto, estas pessoas tem limitados o exercício de seu direito de cidadão pela existência de barreiras atitudinais, sociais e arquitetônicas. São barreiras de todas as condições e de todas as dimensões (sócio-econômicas, culturais, orgânicas, médicas, arquitetônicas etc); os mais afortunados têm quem os ajude a conhecê-las e a ultrapassá-las; outros, a grande maioria deles, têm de contar consigo mesmo e/ou

apenas conseguem ultrapassar algumas sob condições mais ou menos favoráveis. Há que se lembrar que a maioria dessas barreiras é criada pelo próprio homem, seja inconscientemente, seja por interesses próprios, egoísticos, ou por qualquer outra razão.

De acordo com os documentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (1994) podemos considerar que barreiras arquitetônicas são os impedimentos da acessibilidade natural ou resultante de implantações arquitetônicas ou urbanísticas. Por acessibilidade entendemos a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliários e equipamentos urbanos. Podemos reconhecer equipamentos urbanos como sendo todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade (e que se tem como exemplos de equipamentos urbanos os ginásios de esportes, as escolas, as praças, os parques etc.) Verificamos ainda, que o item mobiliário urbano refere-se a todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana de natureza utilitária ou não. São exemplos de mobiliário urbano: telefones públicos, caixas de correio, bancas de jornal e outros.

A arquitetura, de um modo geral, deve servir ao homem de forma funcional e, posteriormente, agraciá-lo com a sua beleza estética, não ferindo seu primeiro objetivo. O que observamos são inversões de valores, super-valorizando o estético. Assim, o que veio para servir a todo homem passa a ser barreira para alguns, que não podem apreciar a sua estética na forma usual e, freqüentemente, nem podem utilizá-los na sua forma funcional.

Em virtude destas barreiras (obstáculos), os deficientes físicos e sensoriais não têm as mesmas oportunidades que uma pessoa não deficiente, pois muitas necessitam de equipamentos fundamentais à sua vida, tais como cadeira de rodas, muletas, próteses e são poucos os lugares acessíveis a estas pessoas.

Há ainda condições temporárias como gravidez, convalescença pós-cirúrgica, fraturas e/ou típicas dos diferentes períodos do desenvolvimento humano, tais como infância, velhice, obesidade, nanismo, gigantismo que sofrem e encontram dificuldades devido às barreiras existentes no mundo em que vivem.

Portanto, a livre circulação de pessoas com incapacidade ou deficiência é uma necessidade e um direito. O não reconhecimento deste fato é a primeira barreira a remover.

Como construímos nosso estudo

Com base no documento sobre acessibilidade da ABNT (1994) e considerando a estrutura física do Campus da Unesp de Presidente Prudente, realizamos um estudo exploratório sobre as condições de acessibilidade do mesmo. Para tanto, fizemos uso de equipamento fotográfico (máquina automática e filmes) e posteriormente, material para revelação. Foram fotografados os seguintes locais: ginásio esportivo, banheiros e vestiários localizados no ginásio, salas de aulas, quadras esportivas, piscina, anfiteatros, biblioteca, bebedouros e estacionamentos.

Em relação ao ginásio esportivo, percebe-se na entrada deste ambiente a existência de obstáculos que dificultam o acesso de pessoas deficientes, devido à ausência de guias e degraus na calçada. No interior do recinto observam-se outros elementos que dificultam a locomoção: além dos degraus existentes no trajeto da entrada do ginásio ao vestiário, encontramos uma enorme escadaria que impossibilita às pessoas deficientes de locomoverem-se com certa autonomia e independência nos banheiros e vestiários.

De acordo com as normas da ABNT-NRB 9050/94, o ginásio deveria ter uma rampa de acesso na entrada e no interior do mesmo, no trajeto interno ou externo aos banheiros e vestiários, adaptando os mesmos, ampliando a abertura de suas portas, deixando com um vão livre com no mínimo de 0,80m, proporcionando que as mesmas sejam abertas com um único movimento. As maçanetas devem ser do tipo alavanca, pois permitem abrí-la com segurança e independência. As portas dos sanitários também devem possuir barra horizontal de forma a facilitar seu fechamento e sua abertura.

No interior do prédio do discente III, (local destinado às salas de aulas, laboratórios, sala de dança e anfiteatro) existe um banheiro masculino e um feminino, com algumas estruturas adaptadas como, um box para os deficientes, com vaso sanitário, barra, porta, espaço interno, que seguem em partes as normas da ABNT-NRB 9050/94, faltando apenas detalhes técnicos como altura e colocação dos objetos corretamente, pois foram construídas sem seguir medidas sugeridas nas normas.

A F.C.T. apresenta vários espaços destinados às salas de aulas. O que pudemos verificar nestas salas foi a existência de obstáculos na entrada, tais como portas inadequadas, sem maçanetas, estreitas e com degraus que complicam e dificultam o acesso de pessoas deficientes. O trajeto até elas é feito por corredores longos e com pisos aderentes, outro agravante à livre movimentação.

Nas quadras esportivas fotografadas, percebe-se que apesar do piso ser acessível, com superfície regular, firme e estável, nota-se na entrada nas mesmas, uma valeta que segundo as normas de construção, é para escoamento da água da chuva, só que os mesmos dificulta a travessia de uma pessoa deficiente.

O problema mais grave em relação aos ambientes esportivos é a piscina. Nota-se que existem várias barreiras, entre elas: o lugar destinado a lavar os pés e tomar banho antes de entrar na piscina está construído de forma irregular, numa área de um metro quadrado, só que como um fosso, o que restringe a entrada de pessoas deficientes no local. A piscina além de apresentar piso externo e interno totalmente irregular, não possui banco de transferência, nem plataforma submersa, nem degraus antiderrapantes, ou seja, tem-se neste local, um ambiente totalmente inadequado à frequência de qualquer pessoa que tenha uma dificuldade de locomoção. A estrutura física da piscina é antiga e não segue nenhuma norma de construção atual de piscinas; por isso, seguindo as normas da ABNT-NBR 9050/94, seria ideal construir uma outra entrada, mais acessível, trocar o piso, tanto na área externa como interna. Ainda é preciso tomar medidas que promovam maiores facilidades no que diz respeito à entrada do deficiente na água, ou seja, é necessário o banco de transferência frontal e lateral,

que deve estar localizado na parte mais rasa da piscina. Outros cuidados são em relação às bordas da piscina, com a plataforma submersa e os degraus que não devem ter superfícies escorregadias, nem abrasivas, adequando-se a estas normas evitando acidentes e transtornos as pessoas deficientes.

Na F.C.T. existem três Anfiteatros que são usados essencialmente para palestras, fóruns, aulas, cursos e outras apresentações, sendo freqüentado por docentes, discentes e pela comunidade em geral.

Nota-se um trajeto irregular, com a presença de degraus, escadas, pisos derrapantes, salientes, com rachaduras e trincas que dificultam e impedem a locomoção de pessoas deficientes. No interior dos mesmos, só o Anfiteatro III está mais adequado às normas, com rampas de acesso e lugares reservados aos deficientes. Nos demais, existem degraus e faltam espaços para acomodar cadeiras de rodas.

Atentos às normas da ABNT-NBR 9050/94, verificamos que há necessidade de se proceder a uma reforma nestes locais: desde a estrutura física, eliminando degraus e saliências, até na disposição do mobiliário, prevendo-se inclusive, acesso ao palco, pela platéia, respeitando as recomendações sugeridas:

Os locais de reunião devem ser acessíveis para as pessoas portadoras de deficiências, na área desatinada tanto ao público quanto aos participantes e empregados... No caso de auditórios devem ser reservados da capacidade total espaços para cadeira de rodas e assentos para pessoas portadoras de deficiência ambulatorial parcial. (p. 34)

A biblioteca é utilizada como ambiente de pesquisa e estudo, freqüentada por docentes, discentes de todos os cursos da F.C.T., da rede estadual e municipal de ensino e por qualquer pessoa interessada da comunidade. Percebe-se que a entrada da biblioteca tem piso regular e acessível aos deficientes, porém basta adentrar-se em seu interior para constatar inúmeros elementos que inviabilizam a presença e locomoção destas pessoas neste ambiente, entre eles, longas escadarias no trajeto que dão acesso ao acervo de livros localizados no subsolo, bebedouros inadequadamente instalados e banheiros com entradas estreitas, com curvas e sem adaptações.

De acordo com as normas da ABNT - NBR 9050/94, a biblioteca deveria ter sido construída visando atender a todo tipo de clientela, inclusive aos deficientes e para tanto deveria ter próximo às escadas, rampas com corrimãos ou possuir uma outra entrada para o acervo pelo lado externo da biblioteca. A norma afirma que:

É obrigatória a instalação de corrimão e guarda corpos nos dois lados das rampas e escada fixas. Devem ser construídos em materiais rígidos, firmemente fixados às paredes ou barras de suporte, e oferecer condições seguras de utilização” (p.15) “ O corrimão deve prolongar-se pelo menos 0,30m. antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão. (p.17)

No caso dos banheiros, a entrada deveria apresentar portas amplas, possibilitando a passagem de cadeirantes e os bebedouros precisariam ser adaptados, com alavancas e barras para apoio.

Na F.C.T existem várias áreas destinadas ao estacionamento de veículos, sendo algumas próprias aos docentes e funcionários, outras gerais à comunidade. Neste local observamos, também, várias irregularidades em relação aos espaços destinados às pessoas deficientes.

As vagas para estacionamento para veículos dirigidos por pessoas deficientes devem seguir obrigatoriamente alguns pontos, segundo a ABNT (1994, p. 40): a) estar ligadas a circulações adequadas, por meio de rebaixamento de guias e rampas nos passeios ou quaisquer outros meios de acessibilidade; b) ter piso nivelado, firme e estável; c) estar localizadas o mais próximo possível dos acessos, garantindo o caminho a ser percorrido pela pessoa deficiente, sendo o menor possível a livre de barreiras ou obstáculos; d) evitar a movimentação entre veículos ou em áreas de circulação não adequadas. Infelizmente, tais condições não foram observadas pela construção.

Sobre a previsão de vagas em estacionamento de uso interno, no caso específico do nosso estudo, na F.C.T., deve ser estabelecido conforme a demanda verificada de veículos dirigidos por pessoas deficientes, prevendo-se um mínimo de 1% conforme vagas existentes no estacionamento interno. Esta porcentagem está definida pela ABNT(1994, p. 40) através de uma tabela que poderá ser usada conforme a necessidade do Campus.

Na F.C.T. existem vários bebedouros localizados pelo Campus, especialmente nos locais de maior fluxo de alunos. No entanto, nota-se que não existe nenhum bebedouro adaptado para as pessoas deficientes. Neste sentido, a ABNT (1994), recomenda o seguinte:

Os bebedouros para pessoas portadoras de deficiência ambulatoria total devem permitir a aproximação de cadeira de rodas e ser acessíveis. A bacia, as bicas e os comandos devem estar a uma altura de 0,80 m. Os dispositivos de acionamentos devem permitir a operação manual e ser do tipo alavanca. É facultativo o uso de barras para o apoio de pessoas com mobilidade reduzida nas pernas, evitando-se assim que se apoiem diretamente nos bebedouros. (p. 49)

A atual estrutura arquitetura da F.C.T. poderia ser reformada, certos espaços demolidos e outros ampliados para atender a clientela deficiente que também faz parte desta comunidade e com a qual esta universidade tem compromissos de extensão e prestação de serviços.

Quebrando barreiras...um caminho à inclusão social

Após caracterizar alguns pontos que acentuam as dificuldades de locomoção e acesso à F.C.T., cabe, neste momento, refletir sobre as condições sociais

impostas por obras arquitetônicas construídas e pensadas para valorizar o espaço e o ambiente. Muitas vezes, tais obras, arquitetonicamente perfeitas, revelam-se frágeis, complicadas e ineficazes, não funcionais, dificultando o livre acesso a todas as suas estruturas, por todas as pessoas indistintamente.

Além das barreiras arquitetônicas, outro componente a ser estudado refere-se as barreiras psicossociais, ou seja, as que dificultam as relações entre as pessoas, em seu meio social.

Os fenômenos psicossociais apresentam-se entrelaçados a atitudes, preconceitos, estereótipos e estigmas.

Goffman (1988) afirma que os gregos criaram o termo estigma para referir-se a sinais no corpo através dos quais se demonstrava algo maléfico e se determinava o status social de quem os apresentava. Consistia de sinais de queimadura que advertiam aos demais que estes membros da sociedade eram escravos, criminosos ou traidores. O autor justifica, ainda, o significado que atualmente se atribui ao termo estigma, num sentido semelhante ao original, designando o mal em si mesmo e suas manifestações corporais. Desta forma, a sociedade categoriza as pessoas ou determinadas pessoas, a partir da conceituação, aprioristicamente, sem que haja a concomitante reflexão sobre as conseqüências, quase sempre danosas, desta adoção.

Assim, é comum observarmos que as barreiras arquitetônicas e psicossociais também podem ser usadas por pessoas deficientes para justificar seu desajustamento e ou exclusão social.

Ribeiro (1998, p. 60), quando cita Novaes, esclarece o seguinte:

... desajustado é o indivíduo que não se adapta as exigências e limitações impostas pela realidade e também não usou meios e recursos para modificar essa realidade, a fim de torná-la aceitável e possível adaptação e argumentou que são comuns dificuldades de adaptação ao meio, pois se sentindo vítima, exige condições especiais ou isola-se inteiramente dos outros assedimentando atitudes passivas, de oposição ou de negação da realidade.

Esta auto-vitimização ocorre independentemente de condição social, cultural, ética e sexual; porém, na nossa sociedade, compromete mais intensamente as pessoas deficientes provenientes das camadas menos favorecidas. No entanto, uma condição prevalece: todos ficam em igualdade de condição, ou seja, de impotência frente a uma situação: ao deparar-se com uma barreira arquitetônica.

Vejamos alguns exemplos que ilustram esta caracterização feita anteriormente: as escolas brasileiras de um modo geral não são adaptadas. Faltam rampas, pisos antiderrapantes, espaços adequados e a convivência com os demais alunos na escola geralmente é excludente.

No mercado de trabalho não é diferente. Além das empresas não contratarem pessoas deficientes, os locais de trabalho são muitas vezes inadequados a estas pessoas, criando a marginalização das mesmas em relação ao convívio social. Na vida pública também ocorre a mesma situação, quase não vemos pessoas

deficientes assumindo cargos importantes e, conseqüentemente, sua ação é despercebida pelo meio social.

Para verificar a ocorrência destas situações na prática diária, basta olharmos para nossa escola, nosso local de trabalho e locais que geralmente freqüentamos, passeamos ou nos divertimos: percebermos qual o número de pessoas deficientes participantes ou presentes nestas formas de convivências. É mínimo, como se às mesmas, por sua condição, fosse destinado.

A lei brasileira (7853/89) diz que o governo tem que tratar a pessoa com deficiência com prioridade. O que significa dizer que estas pessoas precisam ter acesso especial aos transportes públicos, cinemas, teatros, bares e restaurantes, igrejas, estabelecimentos públicos e particulares e, conseqüentemente, às escolas.

É muito difícil precisar até que ponto as barreiras sociais e arquitetônicas se diferenciam na prática da vida da pessoa deficiente. Seja pela condição de rejeição criada pelos meios culturais ou nos meios de legislações que não conhecem as normas de construções que, dificultam a locomoção das pessoas em geral, principalmente em vias públicas.

As barreiras arquitetônicas, psicossociais, estigmas e rótulos são fatores que contribuem para criar dificuldades para a realização do pleno exercício da cidadania, restringindo sua participação ao meio social.

A guisa de encaminhamentos, este estudo, além de proceder ao levantamento das condições de acessibilidade existentes na F.C.T. – Unesp de Presidente Prudente, nos levou a refletir sobre a condição própria das pessoas com deficiência física, tentando (sobre) viver num mundo competitivo. Entendemos que estas, ao buscarem e/ou reclamarem por condições de inclusão sócio-escolar e laboral, poderiam obter resultados mais eficazes, caso estivessem organizadas em sociedades juridicamente constituídas e representativas. Haveria desta forma, um comprometimento maior na luta pela garantia de direitos adquiridos e pela superação de barreiras que a sociedade, desconhece ou ignora, ou ainda, desconsidera. E, ainda que assim constituídas, não prescindiriam do apoio que especialistas, profissionais ou demais pessoas pudessem dispensar.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/NBR 9050 *Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

BRASIL, Ministério de Educação e Desporto. Coordenadoria Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Lei Federal 7.853, de 24 de outubro de 1990. Arts. 9-13. Brasília, DF.

GOFFMAN, E. *Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Koogan, 1988.

RIBEIRO, V. J. *As barreiras arquitetônicas e a exclusão social da pessoa portadora de deficiência: uma análise do parque do povo de Presidente Prudente*, 1998. Monografia (Especialização em Educação Especial) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

SATOW, S. H. Pessoas deficientes e movimento social. *Revista Integração*, São Paulo, v.6, p. 34-35, 1989.